

# PROGRAMA ADAI

(Apoyo al Desarrollo de Archivos Iberoamericanos)

## Livros de Registo Antigos (1645-1910) no âmbito das relações Iberoamericanas



*Arquivo Histórico Militar*



## Apresentação

O Arquivo Histórico Militar, enquanto entidade primariamente responsável pela recolha, conservação e divulgação do património arquivístico do Exército, tem procurado estabelecer parcerias que conduzam a uma melhor disponibilização do seu acervo documental.

No âmbito de um projeto de tratamento e de disponibilização de informação online, o Arquivo Histórico Militar recebeu o apoio do Comité Intergovernamental dos Iberoarquivos – Programa ADAI (Apoio ao Desenvolvimento dos Arquivos Iberoamericanos), para a consecução do seu projeto: “Livros de Registo Antigos (1645-1910) no âmbito das relações Iberoamericanas”.

A aprovação desta candidatura resulta numa concessão de ajuda financeira ao projeto que possui como principal objectivo garantir a preservação, valorização e difusão Online desse valiosíssimo património documental, tornando-o acessível a toda a comunidade e contribuindo, desta forma, para fomentar e partilhar a informação e a memória de outras épocas, fortalecendo os laços que nos unem aos povos iberoamericanos.

O resultado final valoriza o acervo do Arquivo Histórico Militar e justifica o apoio concedido pelo programa. O consulente pode agora aceder a um conjunto de documentos, de forma mais rápida, mais eficaz e com maior segurança para os originais.

Aos responsáveis do Programa ADAI que aprovaram o nosso projeto e o financiaram de modo significativo, ficamos gratos por terem acreditado no nosso trabalho.

Por último, esperamos que o resultado deste Projeto seja do agrado de todos os investigadores nacionais e estrangeiros.

Diretor do Arquivo Histórico Militar



Américo Fernando Carreira Martins  
Cor Inf. Res

## Ficha Técnica

**Título:** “Livros de Registo Antigos (1645-1910) no âmbito das relações Iberoamericanas”

**Edição:** Arquivo Histórico Militar

**Revisão:** Major Cunha Roberto

**Responsável pelo Projeto:** Coronel Carreira Martins

**Coordenador do Projeto:** Major Cunha Roberto

**Organização e Descrição:** Primeiro Sargento Marta Sintra

**Preparação dos Livros Antigos e Digitalização:** Ass Op Conceição Figueiredo

**Imagens:** Sargento Ajudante Praxedes Mendonça

**Estabilização, Restauro e Acondicionamento dos Livros Antigos:** Primeiro Sargento João Amorim

**Edição e Execução Gráfica:** Centro de Audiovisuais do Exército/Secção de Artes Gráficas

## ORIGEM DO ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

O Arquivo Histórico Militar, criado em 1911 na sequência da reforma do Exército, teve a sua organização e atribuições fixadas por Portaria de 1 de setembro de 1921.

A sua origem remonta ao Arquivo do Conselho de Guerra, constituído em 1640. É continuador dos Arquivos da Secretaria de Estado da Guerra com origem na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, criada em 1736, e cuja separação ocorreu em 1822. Do seu acervo documental destacam-se as campanhas da Restauração, o comando do Conde de Lippe, as lutas político-militares do período liberal, as campanhas no ultramar, os estudos referentes à defesa do país e à organização do Exército e as coleções de Mapoteca, Uniformes, Fortificação e Iconografia, bem como os Livros Mestres e os Processos Individuais de militares que serviram no Exército, em especial dos oficiais dos quadros permanentes.

### a) O Arquivo do Conselho de Guerra

O primeiro arquivo militar português deve ter sido o Conselho de Guerra, instituição consultiva e em parte executiva, criada por Decreto de 11 de dezembro de 1640.

Os importantes serviços desse Conselho, pelo qual, desde 1640 até 1736, data da criação da primeira Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, passaram todos os assuntos militares importantes do país, foram regulamentados pelo Alvará de 22 de dezembro de 1643.

Do Paço da Ribeira, onde teve a sua primeira instalação, é provável que o arquivo tivesse transitado em 1750 para a Casa das Congregações Camarárias da Santa Igreja de Lisboa, local mais ou menos correspondente ao da atual igreja de São Julião. Esta mudança, cinco anos antes do terramoto, pode explicar o salvamento do arquivo do Conselho de Guerra.

Finda a guerra civil, o arquivo transitou para o edifício da Secretaria de Estado da Guerra, o palacete do Pátio das Vacas, no lado ocidental da Calçada da Ajuda, sendo transferido para a Torre do Tombo, em julho de 1868.

### b) Os Arquivos da Secretaria de Estado da Guerra

Pelo Alvará de 28 de julho de 1736, foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, instituição da qual passaram a emanar todos os assuntos de carácter diplomático e militar. Tinha a sede no Paço da Ribeira, pelo que, com o terramoto e incêndio de 1 de novembro de 1755, o seu arquivo perdeu muitos dos documentos que continha e é de supor que outros desapareceram devido à transferência, sem dúvida precipitada, para o Palacete do Pátio das Vacas, na Calçada da Ajuda. Por este motivo, a reordenação do que foi possível salvar e a formação do novo arquivo começou em 1756, data em que se inicia o acervo documental hoje existente no A.H.M.

A Carta de Lei de 12 de junho de 1822 estabeleceu a separação das duas Secretarias de Estado, as quais foram instaladas no Palácio da Regência, no Rossio, mas, por insuficiência destas instalações, o arquivo de ambas as Secretarias permaneceu no Pátio das Vacas. No entanto, foi desde logo efetuada a sua divisão em dois arquivos distintos, o diplomático e o militar, separação que provocou alguns problemas de organização por se ter inutilizado o inventário existente.

Finda a Guerra Civil, em 1834, foi determinado que no arquivo da Ajuda fossem incorporados o “arquivo moderno” da Secretaria da Guerra correspondente ao período de 1820 a 1833, o “arquivo da Secretaria da Guerra dos Liberais” relativo à época do Cerco do Porto (1832-33), o “arquivo da Terceira” do período do

Governo Constitucional dos Açores, os arquivos das extintas Inspeções Gerais de Infantaria e de Cavalaria, ambas criadas no século XVIII e finalmente o arquivo do extinto Conselho de Guerra, conforme referimos. Em 1845 o arquivo instalado no Palacete do Pátio das Vacas foi removido, apressada e desordenadamente, para o piso inferior do Palácio da Ajuda e, em 1862, para o edifício do Jardim Botânico.

Extinta a Oficina ou Fábrica de Refinação do Salitre, em Alcântara, resolveu o Ministério da Guerra, em Julho de 1877, aproveitar a maior parte do edifício para sede do Arquivo Geral, determinando-se desde logo que a remoção começasse pelo Arquivo existente no Jardim Botânico (o histórico) seguindo-se-lhe, em 1878, parte do instalado no Terreiro do Paço (a outra parte, a principal e de imediata necessidade para o serviço da Secretaria da Guerra foi transferida para o edifício do Arsenal da Marinha).

Data, portanto, de 1878 a incorporação do arquivo administrativo da Secretaria da Guerra (1833 a 1877), junção feita sem qualquer critério pelo que daí em diante a desordem foi constante.

Com o estabelecimento da linha férrea de Lisboa a Torres Vedras, o edifício do Arquivo foi vendido à Companhia concessionária da linha. Devido à urgência de construir a Estação de Alcântara, foi o arquivo transferido para a ala sul do antigo Palácio dos Condes de Resende, no Campo de Santa Clara, iniciando-se a mudança em 28 de novembro de 1884 e com um prazo de 10 dias. Para Santa Clara foi também transferido, em janeiro de 1885, o arquivo administrativo que se encontrava no edifício do Arsenal da Marinha desde 1878.

Por Portaria de 26 de dezembro de 1891, foi nomeada uma Comissão com a incumbência de proceder à escolha e classificação dos documentos de valor histórico, discriminando os que devessem ser conservados ou inutilizados ou, ainda, de entre os primeiros, quais os que conviria publicar, deixar no Arquivo do Ministério da Guerra, transferir para a Torre do Tombo ou para outros Arquivos e Bibliotecas Públicas.

### **c) Instituição do Arquivo Histórico Militar**

A reforma do Exército decretada em 25 de maio de 1911 criou o Arquivo Histórico Militar, na dependência da 1ª Direção Geral do Estado Maior do Exército, mas a sua organização e atribuições só foram fixadas por Portaria de 1 de setembro de 1921, que, ao mesmo tempo, nomeava uma comissão encarregada de proceder, de entre outros trabalhos que a mesma fixava, ao da redação de um projeto de regulamento para o AHM. Este regulamento depois de aprovado foi publicado através do Decreto 7.723 de 4 de outubro de 1921 e revogado pelo Decreto 9.499 de 25 de fevereiro de 1924. Este último diploma manteve-se em vigor até 1973, ano em que pelo decreto 123/74 de 24 de março, foi aprovado o novo regulamento do AHM, o qual adaptou o serviço à orgânica militar vigente e formalizou a existência de um gabinete técnico.

O ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR (AHM), depositário do principal património documental do Exército, disponibiliza toda a informação disponível sobre os seus próprios fundos e coleções, relativos às campanhas militares em Portugal, na Europa e nos territórios coloniais e ultramarinos, bem como sobre outros assuntos militares, em especial dos séculos XVIII a XX.

Conforme o decreto 123/73, de 24 de março, no seu art.º 2º, o AHM tem a responsabilidade da guarda e catalogação de todos os documentos de valor histórico relativos ao Exército Português, bem como dos que possam ter interesse do ponto de vista bibliográfico-militar.

Com a publicação da portaria N°272/2000, de 22 de maio (Regulamento de Conservação Arquivística do Exército), no parágrafo 1º do seu artigo 7º, o AHM passou a constituir-se como a entidade arquivística com competência para proceder à guarda, tratamento e preservação de todos os documentos de valor histórico relativos ao Exército.

Governo Constitucional dos Açores, os arquivos das extintas Inspeções Gerais de Infantaria e de Cavalaria, ambas criadas no século XVIII e finalmente o arquivo do extinto Conselho de Guerra, conforme referimos. Em 1845 o arquivo instalado no Palacete do Pátio das Vacas foi removido, apressada e desordenadamente, para o piso inferior do Palácio da Ajuda e, em 1862, para o edifício do Jardim Botânico.

Extinta a Oficina ou Fábrica de Refinação do Salitre, em Alcântara, resolveu o Ministério da Guerra, em Julho de 1877, aproveitar a maior parte do edifício para sede do Arquivo Geral, determinando-se desde logo que a remoção começasse pelo Arquivo existente no Jardim Botânico (o histórico) seguindo-se-lhe, em 1878, parte do instalado no Terreiro do Paço (a outra parte, a principal e de imediata necessidade para o serviço da Secretaria da Guerra foi transferida para o edifício do Arsenal da Marinha).

Data, portanto, de 1878 a incorporação do arquivo administrativo da Secretaria da Guerra (1833 a 1877), junção feita sem qualquer critério pelo que daí em diante a desordem foi constante.

Com o estabelecimento da linha férrea de Lisboa a Torres Vedras, o edifício do Arquivo foi vendido à Companhia concessionária da linha. Devido à urgência de construir a Estação de Alcântara, foi o arquivo transferido para a ala sul do antigo Palácio dos Condes de Resende, no Campo de Santa Clara, iniciando-se a mudança em 28 de novembro de 1884 e com um prazo de 10 dias. Para Santa Clara foi também transferido, em janeiro de 1885, o arquivo administrativo que se encontrava no edifício do Arsenal da Marinha desde 1878.

Por Portaria de 26 de dezembro de 1891, foi nomeada uma Comissão com a incumbência de proceder à escolha e classificação dos documentos de valor histórico, discriminando os que devessem ser conservados ou inutilizados ou, ainda, de entre os primeiros, quais os que conviria publicar, deixar no Arquivo do Ministério da Guerra, transferir para a Torre do Tombo ou para outros Arquivos e Bibliotecas Públicas.

### c) Instituição do Arquivo Histórico Militar

A reforma do Exército decretada em 25 de maio de 1911 criou o Arquivo Histórico Militar, na dependência da 1ª Direção Geral do Estado Maior do Exército, mas a sua organização e atribuições só foram fixadas por Portaria de 1 de setembro de 1921, que, ao mesmo tempo, nomeava uma comissão encarregada de proceder, de entre outros trabalhos que a mesma fixava, ao da redação de um projeto de regulamento para o AHM. Este regulamento depois de aprovado foi publicado através do Decreto 7.723 de 4 de outubro de 1921 e revogado pelo Decreto 9.499 de 25 de fevereiro de 1924. Este último diploma manteve-se em vigor até 1973, ano em que pelo decreto 123/74 de 24 de março, foi aprovado o novo regulamento do AHM, o qual adaptou o serviço à orgânica militar vigente e formalizou a existência de um gabinete técnico.

O ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR (AHM), depositário do principal património documental do Exército, disponibiliza toda a informação disponível sobre os seus próprios fundos e coleções, relativos às campanhas militares em Portugal, na Europa e nos territórios coloniais e ultramarinos, bem como sobre outros assuntos militares, em especial dos séculos XVIII a XX.

Conforme o decreto 123/73, de 24 de março, no seu art.º 2º, o AHM tem a responsabilidade da guarda e catalogação de todos os documentos de valor histórico relativos ao Exército Português, bem como dos que possam ter interesse do ponto de vista bibliográfico-militar.

Com a publicação da portaria N°272/2000, de 22 de maio (Regulamento de Conservação Arquivística do Exército), no parágrafo 1º do seu artigo 7º, o AHM passou a constituir-se como a entidade arquivística com competência para proceder à guarda, tratamento e preservação de todos os documentos de valor histórico relativos ao Exército.

O grupo de fundos – **DIVISÕES** – encontra-se organizado em 4 divisões, subdivididas em secções, onde, na sua **4ª Divisão** se encontram os **Livros de Registo Antigos**.

### AHM/DIV/4 - 4ª Divisão

Arquivo Militar de Lisboa

Esta Divisão é constituída pelos documentos devolvidos pelo Brasil a Portugal em 1948, e que integravam o arquivo levado para aquele país por D. João VI, em 1807.

**Datas:** 1645 - 1815

**Dimensões:** 23 caixas com 627 documentos manuscritos, incluindo 23 plantas, mapas, estampas, aguarelas e desenhos.

**Historial:** Grande parte da documentação que constitui o Fundo Arquivo Militar de Lisboa relaciona-se com o conde de Lippe, enquanto marechal-general do Exército Português, contratado para comandar as tropas portuguesas na Guerra Fantástica, onde se destacou o cerco da praça de Almeida pelas forças espanholas. Enquanto estratega e organizador do Exército, o conde de Lippe centrou a sua ação na restauração de várias fortalezas e na construção do forte da Graça em Elvas, também conhecido por forte de Lippe, por forma a completar o sistema defensivo das fronteiras do reino. Também o levantamento das cartas militares mereceu a sua atenção e para o qual contratou vários engenheiros na sua maioria estrangeiros. Nos finais do século XVIII e inícios do século XIX destacou-se a atividade desenvolvida pelos engenheiros militares, nomeadamente na fortificação e defesa bem como nos reconhecimentos do território e inventariação de recursos. Neste contexto surgiu a criação, em 1790, da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, cuja ação se reflete em diversos documentos desta coleção, bem como a regulação e atividade do Real Corpo de Engenheiros, entre 1790 e 1812 e a criação do cargo de Inspetor das Fronteiras e Costas Marítimas em 1802, com a missão de examinar as fronteiras e costas marítimas, propor planos de defesa e levantar cartas e mapas das fortificações. Ainda nesse ano foi criado o “*Archivo Militar*” destinado ao depósito, estudo e divulgação de cartas, planos e memórias elaborados pelo corpo de engenheiros militares.

**Custódia:** O designado “Arquivo do conde de Lippe” ou “Arquivo Militar de Lisboa” foi para o Rio de Janeiro com D. João VI, aquando da primeira Invasão Francesa, sendo entregue em 1948 ao AHM, restituído pelo governo brasileiro. A documentação deste fundo foi localizada por Sérgio Correia da Costa, diplomata do Itamaraty e inventariada por Luís Norton no Ministério das Relações Exteriores durante o período em que foi embaixador de Portugal no Brasil.

**Aquisição:** Transferido para o Arquivo Histórico Militar em 30 de novembro de 1948.

**Assunto:** Este fundo é constituído por documentos que não respeitam exclusivamente à época do conde de Lippe, mas também aos séculos XVII, XVIII e XIX. Deste acervo destaque para a correspondência dirigida e expedida pelo conde de Schaumbourg-Lippe durante o comando do Exército Português e sobre organização e tática militar; do conde de Oeiras para o conde de Lippe; cartas informando o movimento de tropas castelhanas e francesas marchando sobre praças fronteiriças durante a Guerra Fantástica; providências militares e relatórios das campanhas de 1762 e 1801; estado das praças de guerra e fortificações militares; mapas das tropas em diversas praças militares; estatutos da Academia Militar datados de 1790; memórias e planos da organização da justiça militar; arsenais militares e depósitos de província; estudos e levantamentos cartográficos; diversos assuntos sobre Artilharia,

Cavalaria e Infantaria; inspeções e vários estudos e projetos sobre itinerários militares, com destaque para a atividade de diversos engenheiros militares, nomeadamente Matias José Dias Azedo, Conrado Henrique Niemeyer; Francisco d'Alincourt, entre outros.

**Condições de Acesso:** Os documentos originais são “reservados” pelo que a consulta só é feita através de cópia digital.

**Idioma:** Contém documentos em espanhol, francês, inglês e alemão. Alguns destes documentos contém tradução dactilografada.

**Características Físicas:** Alguns documentos encontram-se em mau estado de conservação. As plantas e croquis com dimensões especiais foram acondicionados no AH4/1.

**Auxiliares de Pesquisa:** Ficheiro topográfico.

**Originais:** Algumas cartas topográficas mencionadas nas memórias descritivas constantes desta coleção encontram-se no Instituto Geográfico Português, antigo instituto Geográfico e Cadastral e estão mencionadas no “Catálogo de Cartas Antigas da Mapoteca” desse instituto.

## **ANEXO B – Evolução dos trabalhos de higienização, limpeza e tratamento arquivístico (contém registo fotográfico)**

Para execução deste projeto foi necessária uma atuação ao nível da preservação através da implementação de procedimentos tais como o levantamento e diagnóstico do estado físico da documentação, a monitorização ambiental, o controlo de pragas, a higienização e o acondicionamento sistemático.

A fragilidade dos materiais, as agressões ambientais, o manuseio inadequado e outros fatores aceleram a deterioração de livros e documentos em geral, trazendo à tona a preocupação permanente com a preservação e conservação desses suportes, um legado que temos por obrigação deixar para as gerações futuras

### **Higienização**

Trata da eliminação mecânica de todas as sujidades que se encontram nos documentos e dos agentes considerados agressores, tais como: os cliques oxidados ou não, os excrementos de insetos, os grampos metálicos, os itens generalizados utilizados como marcadores de páginas, as poeiras e, todos os elementos espúrios à estrutura física dos documentos. A higienização é a remoção de todas as sujidades e de todos os elementos considerados nocivos aos documentos, tais como: os cliques oxidados ou não, os excrementos de insetos, os itens generalizados utilizados como marcadores de páginas, as poeiras e, todos os elementos espúrios à estrutura física dos documentos é descrita como uma ação mecânica e realizada a seco.

### **Acondicionamento**

Os acondicionamentos são os itens de proteção mais próximos aos documentos, formando uma barreira contra os poluentes, a luz, a temperatura, a humidade relativa, o ataque biológico, e o manuseio. Cada situação requer uma análise e depende diretamente das condições em que se apresenta o documento.

### **Acondicionamento em Caixas de Arquivo**

Os documentos devem ser acondicionados em caixas de arquivo, produzidas em material inerte ou alcalino. A maioria das caixas e pastas disponíveis no mercado são produzidas em cartão ácido. A acidez passa através do contato, ou seja, uma embalagem confeccionada com material ácido fatalmente irá passar a acidez para os documentos nela acondicionados. As caixas comerciais poderão ser usadas desde que as mesmas sejam revestidas com papel alcalino.